

# CÂMARA MUNICIPAL

DE

**LAGOA – AÇORES**

**ATA N.º 22/2019**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2019**

(Contém 23 Folhas)

**ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:**

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'C. Silva', is located in the bottom right corner of the page.

**CÂMARA MUNICIPAL****DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 22/2019****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2019**

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota; Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

**ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:**

A Senhora Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 18 de outubro de 2019.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não tendo participado na votação a Senhora Presidente Cristina de Fátima Silva Calisto e a Senhora Vereadora Albertina Maria Costa Oliveira, porque não estiveram presentes naquela reunião e será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e por quem secretariou a reunião.

**ANTES DA ORDEM DO DIA:**

### **ANULAÇÃO DO CONCURSO DA INCINERADORA EM SÃO MIGUEL:**

Sobre a notícia da anulação do concurso público para a construção de uma incineradora em São Miguel, publicada recentemente, o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se o processo vai ser reformulado. Em sua opinião, algo terá de ser feito. Destacou que na informação sobre as Atividades Camarárias e de Interesse Municipal, apresentada no ponto 1 desta reunião, o assunto “Como Reduzir a Pegada Ecológica?” faz referência que este ano Portugal esgotou a sua capacidade biológica, no dia 26 de maio, e refere também as cinco palavras-chave, iniciadas pela letra “R”: refletir, reduzir, reutilizar, reparar e reciclar e expôs que não viu qualquer referência à letra “I” de incineração. Comentou que a solução da incineradora já está desatualizada.

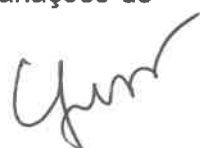
Sobre o assunto, a Senhora Presidente informou que o Senhor Presidente da Musami - Operações Municipais do Ambiente, EIM S.A., deslocou-se no fim-de-semana passado, ao Continente para reunir com o Gabinete Jurídico que acompanhou este processo e também para perceber junto do Governo da República qual o tempo que têm, atendendo que as candidaturas aos Fundos Comunitários terminam a 31 de dezembro de 2019 e será impossível elaborar um novo projeto, abrir concurso e submeter uma candidatura, até ao final do ano.

Mais informou a Senhora Presidente que hoje, pelas 18H00, haverá uma reunião na AMISM - Associação de Municípios da Ilha de São Miguel, para analisar este assunto. Tem conhecimento que estão a desenvolver contatos no sentido de perceber quais são os próximos passos. Informou que fizeram a aquisição de uma enfardadeira para começarem a enviar alguns resíduos para a ilha Terceira. Informou, ainda, que a incineradora na ilha Terceira tem capacidade para incinerar 40.000 toneladas por ano, enquanto os resíduos produzidos na ilha de São Miguel são 80.000 toneladas por ano.

O Senhor Vereador Nelson Santos referiu que, principalmente por estarem numa região insular, terá de haver decisão sobre qual o tratamento adotar. As políticas Europeias são importantes e também classificam a incineração como valorização energética – que o é efetivamente. A opção a implementar deverá estar adaptada à realidade atual e projeções futuras, sempre com margem de segurança no seu dimensionamento.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado realçou que a situação não é tão linear como o Senhor Vereador Nelson Santos referiu, porque há problemas de demografia, pois a evolução demográfica caracteriza-se pelo decréscimo da população e através das campanhas de sensibilização para as pessoas aderirem à reciclagem, haverá cada vez menos quantidades de resíduos.

O Senhor Vereador Nelson Santos referiu que será sempre benéfico construir com alguma margem de segurança, como em qualquer outro equipamento sujeito a variações de quantidades.



A Senhora Presidente expôs que se a decisão for de mandar os resíduos produzidos na ilha de São Miguel para a incineradora na ilha Terceira, acrescerá um problema logístico de transporte marítimo, que atualmente não tem regularidade adequada a essa necessidade.

O Senhor Vereador Nelson Santos referiu que os modelos de transporte de resíduos previsto no plano estratégico de resíduos dos Açores estão moldados no sentido das ilhas mais pequenas para as maiores, dando como exemplo o envio da ilha Graciosa para a ilha Terceira ou, mesmo fora da Região, o envio da ilha do Porto Santo para a ilha da Madeira.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira expôs que se esta situação se concretizar, será necessário reformular o serviço de transporte marítimo entre as ilhas de São Miguel e Terceira.

A Senhora Presidente informou que este assunto será debatido na reunião da AMISM. A construção da incineradora em São Miguel seria financiada por Fundos Comunitários e representaria um investimento para os Municípios de 15%, enquanto o transporte dos resíduos terá encargos elevadíssimos e esses encargos terão de ser refletidos na faturação aos consumidores.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que o custo de utilização da incineradora também tem os seus custos, tendo a Senhora Presidente respondido que, numa análise inicial, o custo com o transporte dos resíduos será superior e, não havendo capacidade de receção da totalidade dos resíduos na instalação da Terceira, será necessário a abertura de mais uma célula para aterro, que também terá custos. Neste momento, nenhum Município está preparado para ter esses encargos.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que com base em dados estatísticos cada cidadão produz mais ou menos um kg de resíduos por dia e a ilha de São Miguel com 130.000 habitantes, produz 130 toneladas de resíduos, pelo que, em sua opinião, entende que seja possível fazer o transporte desses resíduos.

O Senhor Vereador Nelson Santos esclareceu que o transporte de resíduos não é realizado nos mesmos moldes do transporte de carga, nomeadamente a necessidade de ser em contentores específicos.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira comentou que este deve ser um negócio apetecível para as companhias de transporte marítimo. Sugeriu que a Senhora Presidente deveria agendar uma reunião Camarária para falarem sobre este assunto, pois trata-se de um assunto complexo que poderá ter efeitos diretos nos orçamentos Municipais. Acredita que muitas pessoas ficaram satisfeitas com a decisão do Tribunal em anular o concurso para a construção da central de incineração de São Miguel.

O Senhor Vereador Nelson Santos expôs que, na sua opinião pessoal, encontra na valorização energética uma opção válida para o tratamento dos resíduos produzidos na ilha.



O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que não lhe incomoda a ideia de os resíduos terem de ser enviados para a ilha Terceira e o remanescente ficar numa célula de aterro.

A Senhora Presidente concluiu dizendo, conforme já referiu, que este assunto será debatido na reunião da AMISM e, posteriormente, dará conhecimento do resultado da reunião e da posição da AMISM, sobre a gestão de resíduos para a ilha de São Miguel.

A Câmara tomou conhecimento.

### **EMBARCAÇÃO DE RECREIO:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que no verão de 2017, a Senhora Presidente anunciou que empresários emigrantes iam construir uma embarcação de recreio para ceder gratuitamente à Câmara Municipal de Lagoa, para a realização de passeios turísticos durante todo o ano, entre o Porto dos Carneiros e o Porto da Caloura e questionou qual o ponto de situação.

A Senhora Presidente expôs que os empresários enviaram um protótipo da embarcação de recreio e não é possível aquele tipo de embarcação ser licenciada cá. Ficou acordado com os empresários que numa próxima deslocação aos Açores, iriam reunir com a Capitania do Porto de Ponta Delgada e a Direção Regional dos Transportes para saberem como a embarcação poderá ser licenciada pelas respetivas Entidades competentes, pelo que estão a aguardar.

Mais informou a Senhora Presidente que está a aguardar a deslocação de uma empresa do Continente, a São Miguel, para verificar se será possível criar uma espécie de pontão flutuante no Porto dos Carneiros e no Porto da Caloura que ajudaria a outro tipo de embarcação poder parar naqueles Portos.

A Câmara tomou conhecimento.

### **AUDITÓRIO JOÃO FERREIRA DA SILVA – ÁGUA DE PAU:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que, na reunião passada, perguntou quando terão início as obras do Auditório Ferreira da Silva, tendo o Senhor Vice-Presidente respondido que, na próxima reunião, a Senhora Presidente da Câmara e a Senhora Vereadora responsável pela área da Cultura dariam mais informações sobre o assunto.

A Senhora Presidente informou que o projeto foi reformulado com base numa vistoria efetuada por Técnicos do Coliseu. Houve pequenas lacunas no projeto que foram retificadas.



O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se a reformulação do projeto foi de ordem técnica ou de cariz estrutural e se mantém a mesma estrutura, tendo a Senhora Presidente respondido que mantém a mesma estrutura.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou se a Senhora Presidente irá publicar alguma notícia sobre este assunto.

A Senhora Presidente respondeu que, conforme já disse, assume os riscos e não irá publicar nenhuma notícia sobre este assunto, até o processo de financiamento desta obra estar devidamente encerrado. Gostaria que este assunto do financiamento já estivesse resolvido, desde o início do ano e que já tivessem avançado com a obra. Este ano havia ruído e contestação de algumas pessoas, mas o assunto ficaria arrumado. Não sendo possível avançar com a obra, a mesma irá decorrer fora do prazo que pretendia, com os riscos acrescidos que representa em véspera de eleições Autárquicas.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **LOTES DO TECNOPARQUE PARA COMERCIALIZAÇÃO:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que, na reunião passada, o Senhor Vice-Presidente disse que informava o valor de venda dos lotes do Tecnoparque, assim que soubesse e perguntou se o Senhor Vice-Presidente já tem alguma informação sobre o assunto.

O Senhor Vice-Presidente informou que teve conhecimento que as Portas da Lagoa iam contatar, esta semana, várias imobiliárias para comercializar aqueles lotes no Tecnoparque e estão a pensar em colocar à venda por 200 mil euros, mas este é um assunto da responsabilidade das Portas da Lagoa.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **VIAGEM COM SENIORES:**

Face à questão colocada pelo Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, se a viagem a Fátima com um grupo de seniores se era para repetir, a Senhora Presidente respondeu que não, porque todos os anos têm uma atividade diferente, no âmbito do Plano de Dinamização Sénior e não têm repetido os eventos dos anos anteriores.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado justificou a sua pergunta, porque no balanço da primeira viagem a Senhora Presidente disse que havia muitas inscrições, pelo que teriam que repartir as inscrições por mais duas viagens, ficando uma viagem para o próximo ano.



A Senhora Presidente respondeu que com esta segunda viagem deu-se por cumprida a lista de pessoas que solicitaram esta viagem. Para o próximo ano, está ainda em estudo o programa, há duas hipóteses, mas estão a ser analisadas.

A Câmara tomou conhecimento.

### **PROJETO DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que, na reunião passada, solicitaram esclarecimentos sobre o projeto de Mobilidade Sustentável que a Senhora Presidente anunciou aquando do lançamento da Primeira Pedra do Passeio Marítimo de Lagoa, tendo o Senhor Vereador Nelson Santos informado que a implementação desse sistema terá um custo de cerca de 1,5 milhão de euros e gostariam de ter acesso a esse projeto e saber onde se vai gastar cerca de 1,5 milhão de euros, pois considera que é importante a Oposição ter acesso a esse projeto e até participarem.

A Senhora Presidente explicou que o que disse aquando do lançamento da Primeira Pedra do Passeio Marítimo de Lagoa foi que a Câmara Municipal estava a fazer um estudo para implementar essa mobilidade urbana, mas o projeto terá de ser elaborado, será necessário colher pareceres de várias Entidades e não o pode ainda inscrever no orçamento. Assim, que o projeto esteja concluído, dará conhecimento aos Senhores Vereadores, antes de o tornar público.

A Câmara tomou conhecimento.

### **TAXA TURÍSTICA:**

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que gostava de saber a opinião da Senhora Presidente, sobre a aplicação de uma taxa turística para os alojamentos no Concelho.

A Senhora Presidente informou que este assunto foi abordado na reunião do Conselho de Ilha de São Miguel que decorreu a semana passada. Na reunião que irá decorrer hoje, na AMISM este assunto também será analisado.

Mais informou que a taxa turística é um assunto que tem sido abordado em sede da AMISM e está, ainda, em análise a sua aplicação, pois tinham acordado que a sua aplicação seria em simultâneo para todos os Municípios.

A Câmara tomou conhecimento.

### **ORDEM DO DIA:**

### **PRESIDÊNCIA:**



**PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:**

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- “Como reduzir a pegada ecológica?” Foi o tema da primeira sessão de Educação Política e para a Cidadania do ano letivo 2019-2020 que decorreu na ESL;
- Lagoa juntou-se à “Onda Rosa” no mês internacional de prevenção do cancro de mama;
- Concerto de outono com Orfeão de Nossa Senhora do Rosário e Banda Militar dos Açores na Lagoa;
- Ricardo Martins Mota, Vice-Presidente da Câmara da Lagoa recebeu comitiva de Lagoa-Algarve presidida por Luís Encarnação, atual Presidente da Câmara de Lagoa-Algarve;
- Exposição de Maria José Cavaco inaugurada no Convento de Santo António;
- Lagoa recebeu Open de Judo;
- Lagoa acolheu assinatura de protocolo entre ASDEPR, AASM e ARDE;
- Câmara de Lagoa realiza campanha de esterilização de animais para portadores do “Lagoa + Saúde”.

Sobre o assunto “Câmara de Lagoa realiza campanha de esterilização de animais para portadores do “Lagoa + Saúde”” o Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que achou estranha esta notícia e questionou se há algum estudo sobre o assunto, se deve ou não esterilizar os animais e se houve algum parecer do médico veterinário.

A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que é obrigatório todos os Centros de Recolha Oficial (CRO) terem campanhas de combate ao abandono de animais de companhia. Esta campanha de esterilização de animais de companhia é exatamente nesse sentido, pois promove o acesso deste grupo de população a uma das principais estratégias de controlo de abandono de animais de companhia. A Câmara Municipal de Lagoa direcionou esta campanha aos donos de animais (cães e gatos) que sejam portadores do cartão “Lagoa + Saúde”, que irá decorrer nos meses de novembro e dezembro.

Mais informou o Senhor Vereador Nelson Santos que a campanha do ano anterior teve o apoio por parte do Governo da República que, entretanto, cessou esse apoio. Foi anunciado pelo Senhor Secretário Regional da Agricultura e Florestas, aquando da sua visita ao Centro de Recolha Oficial da Lagoa, que o Governo Regional dos Açores irá criar, em 2020, um apoio financeiro específico para que os Centros de Recolha Oficial (CRO) nos Açores reforcem as campanhas de esterilização de animais errantes, como forma privilegiada de controlo da sua população.





Informou, ainda, o Senhor Vereador Nelson Santos que com estas campanhas também se aumenta o número de registos e identificações dos animais, o que permite a responsabilização dos donos pelos seus animais, um dos pressupostos bases ao cumprimento da legislação que, a partir de 2022, impõe o abate zero nos CRO dos Açores.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:**

#### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:**

#### **PONTO N.º 2 – CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 350.000,00 €:**

Na sequência do deliberado por esta Câmara Municipal, em sua reunião de 4 de outubro de 2019, de proceder à abertura de um procedimento com vista à contratação de um empréstimo de curto prazo até ao montante máximo de 350.000,00 € (trezentos e cinquenta mil euros), foi presente o processo, acompanhada da respetiva documentação, conforme estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei:

1.º Autorize a Câmara Municipal a contrair, em 2020, um empréstimo de curto prazo, em modalidade de conta corrente, até ao montante máximo de 350.000,00 € (trezentos e cinquenta mil euros), em conformidade com a consulta feita à banca, com início a 1 de janeiro e término a 31 de dezembro de 2020;

2.º Autorize a contratação deste financiamento junto do Millennium BCP, que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, conforme a análise efetuada, até ao montante máximo de 350.000,00 € (trezentos e cinquenta mil euros), com a taxa de juro Euribor 6 meses, acrescida do spread 0,25%.

#### **PONTO N.º 3 – PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 20 ANOS ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 830.000,00 €:**

Foi novamente presente a minuta do Contrato do Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 20 anos, até ao montante máximo de 830.000,00 €, apresentada pela Caixa Geral de



Depósitos, S.A., devidamente corrigida, conforme instruções do Tribunal de Contas, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 1.

A Senhora Presidente informou que, conforme instruções do Tribunal de Contas, as minutas dos Contratos dos Empréstimos de Médio e Longo Prazo foram corrigidas, em relação aos documentos apresentados na reunião do passado dia 13 de setembro. Foram feitas as seguintes correções:

- Inclusão de minuta no título do documento;
- Eliminação das cláusulas 5.2; 14.2 e 16 - alínea g);
- Identificação da verba afeta a cada um dos projetos a financiar;
- Identificação nominal e funcionalmente das pessoas que outorgam o contrato de empréstimo em representação da Instituição de Crédito.

Mais informou a Senhora Presidente que o valor da minuta do Contrato do Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 20 anos, até ao montante máximo de 974.000,00 € foi corrigido para o valor de 830.000,00 €, atendendo que o Município já celebrou a escritura de aquisição de duas frações de terreno na rua António Moniz Barreto, na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, no valor de 144.000,00 €.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se ao valor dos empréstimos de médio e longo prazo, inscrito no orçamento para 2020, foi deduzido o valor de 144.000,00 €, tendo a Senhora Presidente confirmado que o valor inscrito no orçamento está correto.

Os Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, referiram que irão abster-se nos pontos 3, 4, 5 e 6 referentes à aprovação das cláusulas contratuais constantes das minutas dos Contratos dos Empréstimos de Médio e Longo Prazo, conforme justificação de posição de voto, registada na ata da reunião do dia 27 de setembro de 2019, referente à reunião de 13 de setembro de 2019. "Abstiveram-se nas quatro votações atendendo que o primeiro Empréstimo de Médio e Longo Prazo foi anulado, por o correspondente contrato proposto carecer de suporte legal, e não tinham meios para confirmar se as cláusulas contratuais constantes das minutas daqueles Contratos estavam em conformidade. Realçaram que não são contra a contratação daqueles Empréstimos de Médio e Longo Prazo."

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista, Cristina Calisto, Ricardo Martins Mota, Fernando Moniz, Albertina Oliveira e Nelson Santos e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, aprovar as cláusulas contratuais constantes da minuta do Contrato do Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 20 anos, até ao montante máximo de 830.000,00 €, apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, S.A.



**PONTO N.º 4 – PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 20 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 265.500,00 €:**

Foi novamente presente a minuta do Contrato do Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 20 anos, até ao montante máximo de 265.500,00 €, apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., devidamente corrigida, conforme instruções do Tribunal de Contas, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 2.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista, Cristina Calisto, Ricardo Martins Mota, Fernando Moniz, Albertina Oliveira e Nelson Santos e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, aprovar as cláusulas contratuais constantes da minuta do Contrato do Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 20 anos, até ao montante máximo de 265.500,00 €, apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, S.A.

**PONTO N.º 5 – PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 8 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 110.000,00 €:**

Foi novamente presente a minuta do Contrato do Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 8 anos, até ao montante máximo de 110.000,00 €, apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., devidamente corrigida, conforme instruções do Tribunal de Contas, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 3.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista, Cristina Calisto, Ricardo Martins Mota, Fernando Moniz, Albertina Oliveira e Nelson Santos e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, aprovar as cláusulas contratuais constantes da minuta do Contrato do Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 8 anos, até ao montante máximo de 110.000,00 €, apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, S.A.

**PONTO N.º 6 – PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 4 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 75.000,00 €:**

Foi novamente presente a minuta do Contrato do Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 4 anos, até ao montante máximo de 75.000,00 €, apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., devidamente corrigida, conforme instruções do Tribunal de Contas, que se



junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 4.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista, Cristina Calisto, Ricardo Martins Mota, Fernando Moniz, Albertina Oliveira e Nelson Santos e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, aprovar as cláusulas contratuais constantes da minuta do Contrato do Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 4 anos, até ao montante máximo de 75.000,00 €, apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, S.A.

**PONTO N.º 7 – PROPOSTA – PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O ANO DE 2020:**

Foi presente a proposta sobre o parecer prévio para a celebração dos contratos de prestação de serviços, para o ano de 2020, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 5.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que irá abster-se nesta deliberação, porque não estando a gerir o pessoal ao serviço deste Município, não lhe é fácil aferir a necessidade ou não desses prestadores de serviço. Em tempos, já contestou o valor da aquisição de serviços de assessoria jurídica, por entender ser um valor elevado e continua a reconhecer que é um valor alto pela prestação daqueles serviços.

A Senhora Presidente respondeu que aquele valor é o mesmo praticado noutros anos, não tendo ocorrido qualquer alteração. Acresce que não é fácil encontrar prestadores de serviços com conhecimento e experiência naquela área específica (Direito Administrativo, incluindo contencioso judicial) e com efetiva disponibilidade para prestar contínuo serviço em Entidades Públicas. Exemplo disto são os vários procedimentos concursais abertos noutras ilhas e que ficam desertos. Aliás, a maioria destes prestadores de serviços trabalha à peça e, nestas circunstâncias, o valor ainda é consideravelmente mais elevado que quando prestado na modalidade de avença. Para esta modalidade não é fácil encontrar quem o faça com a mesma qualidade, confiança, experiência e por menor valor que o aqui em questão. Mais referiu, que há que relevar que o valor em questão inclui a prestação de serviços em contencioso judicial, sem limite de valor, o que, por norma, fica sempre excluído das prestações de serviços em regime de avença. Portanto, em sua opinião, e pelas razões expostas, o valor em questão afigura-se justo e adequado à situação em causa.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que também se abstém nesta deliberação.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, emitir autorização genérica para a



celebração dos referidos contratos de prestação de serviços, para o ano de 2020, nos termos do artigo 4.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio.

### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO:**

### **PONTO N.º 8 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2020:**

De acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, foi presente a proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano desta Câmara Municipal para o ano financeiro de 2020.

Na proposta do orçamento da Câmara, foi prevista uma receita total de 13.923.350,00 € (treze milhões novecentos e vinte e três mil trezentos e cinquenta euros), sendo 10.275.112,00 € (dez milhões duzentos e setenta e cinco mil cento e doze euros) de receitas correntes e 3.648.238,00 € (três milhões seiscentos e quarenta e oito mil duzentos e trinta e oito euros) de receitas de capital, para uma despesa de igual montante, sendo 8.819.365,00 € (oito milhões oitocentos e dezanove mil trezentos e sessenta e cinco euros) de despesas correntes e 5.103.985,00 € (cinco milhões cento e três mil novecentos e oitenta e cinco euros) de despesas de capital.

O investimento imputado ao Plano Plurianual de Investimentos foi no montante de 3.627.697,00 € (três milhões seiscentos e vinte e sete mil seiscentos e noventa e sete euros) e no Plano de Atividades Municipal foi de 595.000,00 € (quinhentos e noventa e cinco mil euros), totalizando as Grandes Opções do Plano em 4.222.697,00 € (quatro milhões duzentos e vinte e dois mil seiscentos e noventa e sete euros).

De acordo com a competência conferida pela alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram apreciadas as verbas inscritas no orçamento, o qual prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas nele inscrito.

Verificado o equilíbrio orçamental nos documentos acima mencionados, a Senhora Presidente da Câmara pôs à votação o Orçamento para 2020 bem como as Grandes Opções do Plano.

Foi dado cumprimento ao estabelecido no Estatuto do Direito de Oposição. Foram enviados os documentos referentes à anteproposta do Plano e Orçamento para 2020, para direito de consulta prévia, aos membros da Oposição da Câmara Municipal, bem como da Assembleia Municipal.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que a proposta apresentada do Orçamento e Grandes Opções do Plano, para o ano financeiro de 2020, não lhes surpreendeu, pois trata-se de um orçamento de continuidade. Analisaram os documentos e entendem que é



um orçamento semelhante aos anteriores, mas com menos um milhão de euros, em relação ao ano anterior, que foi de 15.000.000,00 €.

A Senhora Presidente explicou que enquanto a Câmara Municipal não tiver determinadas candidaturas aprovadas a Fundos Comunitários não as pode incluir no orçamento, pois têm de cumprir com as regras previsionais previstas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). As importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores à média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração e as importâncias relativas às transferências correntes e de capital só podem ser consideradas no orçamento em conformidade com a efetiva atribuição pela entidade competente.

Os Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, referiram que votam contra e apresentaram a Declaração de Voto que abaixo se transcreve.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e dois votos contra dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Concordar com a proposta de Orçamento para 2020 no montante de 13.923.350,00 € (treze milhões novecentos e vinte e três mil trezentos e cinquenta euros);

2.º Concordar com a proposta apresentada das Grandes Opções do Plano para 2020;

3.º Submeter a proposta de Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano financeiro de 2020 à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os documentos acima mencionados foram assinados e rubricados em todas as folhas pelos membros da Câmara presentes, a fim de evitar a sua transcrição em ata, conforme determina o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, na sua atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

#### “DECLARAÇÃO DE VOTO SOBRE O PLANO E ORÇAMENTO ANO DE 2020

Após a análise da documentação que suporta o Plano e Orçamento para 2020 do Município de Lagoa - Açores os Vereadores eleitos pela lista PSD Lagoa apresentam as seguintes observações:

O plano e orçamento para o ano de 2020 não trás uma única ideia nova, limitando-se a apresentar as já tratadas e votadas em sede de Câmara e Assembleia Municipal.

Este mesmo plano não traduz objetividade nas suas linhas, não indo assim ao encontro das necessidades das pessoas e empresas, logo é um orçamento de gestão corrente.

#### ECONOMIA

O Concelho da Lagoa terá de crescer de forma objetiva e sustentada em número de habitantes, em habitações e em tecido empresarial, só aumentando número de habitantes, o número de



habitações e o crescimento do tecido empresarial, se aumenta a receita muito necessária para fazer face ao enorme valor das despesas correntes.

A falta de uma política de isenção derrama, continua a ser um elemento dissuasor do investimento na Lagoa, limitando desta forma a promoção do concelho, numa altura em que outros concelhos vêm aumentar a sua atividade empresarial.

#### COESÃO TERRITORIAL

À imagem de orçamentos anteriores, também este apresenta uma baixa coesão territorial levando a que não existam respostas para determinadas situações tais como o esquecimento da Ribeira Chã, freguesia que é apenas mencionada praticamente para informar da possível conclusão de um loteamento há mais de 10 anos anunciado.

Falta de coesão também no lugar dos Remédios, para onde não existe programada qualquer iniciativa que melhore a vida daquela comunidade.

Falta de coesão ainda para com o Cabouco, onde a prometida construção do pavilhão de apoio à escola, deixou de parte do conjunto de investimentos a realizar no concelho.

#### EMPREGABILIDADE E CIDADANIA

A autarquia deverá continuar apoiar os programas de emprego ao abrigo CTTS, PROSA, RECUPERAR, FIOS, SEI, e Estagiar L e T., deste modo conseguir-se-á garantir a operacionalidade dos serviços municipais, garantido também o apoio a muitas famílias, por um valor consideravelmente menor do que o custo dos assalariados do município, situação esta que contribui para um rácio de custos de despesas correntes mais equilibradas, relativamente a despesas de capital, no entanto, é recomendável estar atento à capacidade de absorção desta mão-de-obra, por parte da economia real, no objetivo desta absorver de forma permanente estes cidadãos, transmitindo-lhes a confiança e entusiasmo para projetarem o seu futuro.

Em reconhecimento pela capacidade de participação de toda a sociedade, recomenda-se que o agora OPJ, abra a sua abrangência no sentido de proporcionar que toda a sociedade lagoense dê o seu contributo para encontrar as melhores soluções para o concelho, passando assim a ser apenas OP Orçamento Participativo.

#### EDUCAÇÃO E CULTURA

É da maior importância que o município se torne um verdadeiro parceiro dos estabelecimentos de ensino locais, no objetivo de melhorar o nível e a prestação dos nossos alunos, situação esta que atualmente merece a melhor atenção, em causa está o futuro da nossa sociedade.

É também importante dinamizar e revitalizar atividades culturais do concelho, incrementando novas medidas capazes de criar mais entusiasmo nos agentes locais e nos participantes, entre os quais a reformulação dos concursos de Maiores e Presépios.

#### TURISMO



Deverá ser reformulado o modelo de realização do Caloura Blues, uma vez que as realizações anteriores foram efetuadas num formato onde os custos desta realização eram unicamente suportados pelo orçamento municipal.

Deverá ser dada mais atenção às festas das Paróquias, sendo que estas são as maiores atrações turísticas do Concelho, para tal recomenda-se que as mesmas sejam devidamente promovidas e apoiadas.

É também de grande relevância promover e dinamizar outras zonas balneares no concelho, alargando desta forma a capacidade que a nossa costa permite.

### CONCLUSÕES

Em suma o Plano e Orçamento para 2020 é efetivamente um plano base de gestão corrente, que não mostra objetivos de crescimento para o município, não promove coesão territorial, não procura melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos é inclusivamente um passo atrás em anunciadas medidas de investimento como seja a valorização da frente marítima de Santa Cruz, a construção do Mercado Municipal e a construção do pavilhão na escola do Cabouco, posto isso os vereadores do PSD votam contra o referido documento."

### **PONTO N.º 9 – PROPOSTA – MAPA DE PESSOAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2020:**

Foi presente a proposta do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2020, nos termos do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, elaborada com base na atual Estrutura Orgânica e Organização dos Serviços Municipais.

A Senhora Presidente expôs que a proposta do Mapa de Pessoal, ora apresentada, reflete a alteração que foi aprovada no passado mês de setembro.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado informou que se irá abster nessa votação pela mesma razão que se absteve no ponto 7 desta reunião, por desconhecer a realidade das necessidades de pessoal e a distribuição do mesmo.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que vota a favor da proposta apresentada do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2020.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com seis votos a favor, sendo cinco votos dos membros do Partido Socialista e um voto do Senhor Vereador Roberto Oliveira e uma abstenção do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado:

1.º Concordar com a proposta apresentada do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa;

2.º De acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2020, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei e n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.





**PONTO N.º 10 – INFORMAÇÃO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PELA CÂMARA MUNICIPAL:**

A Senhora Presidente apresentou a informação sobre a autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que abaixo se transcreve:

“Considerando o que dispõe o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 8 de junho, na sua atual redação, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que, atenta esta faculdade, e ainda a celeridade, eficácia e boa implementação da estratégia de desenvolvimento municipal justamente desenvolvida pelos órgãos de Município, nomeadamente através da aprovação dos documentos previsionais, importa que seja solicitada a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 8 de junho, na sua atual redação.

Assim, proponho o seguinte:

- 1.º Que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal proposta para que este órgão emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que não resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados e que não excedam o limite de 99.759,58 € euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;
- 2.º Que mais delibere a Câmara Municipal que, na sequência do pedido de autorização prévia formulado, seja igualmente autorizada a delegar na Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:



1.º Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a proposta para que este órgão emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que não resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados e que não excedam o limite de 99.759,58 € euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;

2.º Na sequência do pedido de autorização prévia formulado, seja igualmente autorizada a delegar na Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.

**PONTO N.º 11 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:**

A fim de ser proposto à Assembleia Municipal a concretização de delegação de parte de competências da Câmara Municipal na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a respetiva Junta de Freguesia, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 6.

Ao abrigo da cláusula 4.ª (Recurso Financeiro) do referido acordo de execução, “A Câmara Municipal de Lagoa transfere para a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário a quantia de 64.220,45 € (despesas correntes o valor de 52.752,80 € e despesas de capital o valor de 11.467,65 €) em tranches mensais em função da realização das competências, ao abrigo da cláusula 2.ª do presente acordo de execução.”

A Senhora Presidente explicou que o ano passado reuniu com os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, no âmbito da descentralização de competências, foram negociados os recursos e a capacidade que cada Junta de Freguesia poderia executar e foram celebrados novos acordos de execução. A Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário aceitou a limpeza de várias Canadas, mas decorrido um ano, atendendo à falta de meios humanos e de maquinaria e também por ser uma área muito complexa, solicitou a alteração do acordo de execução, passando para a competência da Câmara Municipal a limpezas das Canadas daquela Freguesia, com exceção das Canadas mais próximas da Freguesia, nomeadamente, a Canada da Freira e Canada das Terras de Dentro.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário aceitou a limpeza de várias Canadas por sua iniciativa ou se foi por



iniciativa da Câmara Municipal, atendendo tratar-se de uma tarefa complicada, tendo a Senhora Presidente respondido que foi por iniciativa da Câmara Municipal.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário;

2.º Propor à Assembleia Municipal a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos previstos na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei.

### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOUREARIA:**

#### **PONTO N.º 12 – RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:**

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 28 de outubro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 395.822,69 € (trezentos e noventa e cinco mil oitocentos e vinte e dois euros e sessenta e nove cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

### **SUBUNIDADE ORGÂNICA RECURSOS HUMANOS:**

#### **PONTO N.º 13 – PROPOSTA - DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DOS CHEFES DE DIVISÃO:**

Pela Senhora Presidente da Câmara foi presente a proposta de atribuição de despesas de representação aos Chefes de Divisão, que abaixo se transcreve:

“Considerando que:

O Estatuto de Pessoal Dirigente dos serviços da administração central, regional e local do estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, consagra o direito ao abono de despesas de representação no montante fixado para o pessoal da administração central, ao pessoal dirigente da administração local.

Porém, a adaptação dessa Lei à administração local, através da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, concretamente no seu artigo 24.º, faz depender a atribuição desse abono de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Assim, tendo em vista o respeito pelo princípio de igualdade e não discriminação dos dirigentes da administração local perante os seus congéneres da administração central e



regional, proponho que se submeta à aprovação da Assembleia Municipal a atribuição das respetivas despesas de representação.

Esta despesa de representação, concretamente no valor de 194,79 €, é fixada por despacho do Primeiro-Ministro e de membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e está publicada na Portaria 1153-C/2008, de 31 de dezembro.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que se abstém nesta deliberação, em coerência com a posição tomada em anos anteriores.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que também se abstém nesta deliberação.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Concordar com a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara;

2.º Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de atribuição de despesas de representação aos Chefes de Divisão, de acordo com o n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

#### **PONTO N.º 14 – PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PREVPAP):**

Ao abrigo da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, que estabelece o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP), foi presente a proposta que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 7.

A Senhora Presidente explicou que esta proposta surge na sequência da proposta apresenta em setembro, de alteração do mapa de pessoal, com a justificação da necessidade de aumento de lugares, ao abrigo do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública. Mais informou a Senhora Presidente que com a aprovação desta proposta, dar-se-á início à abertura dos respetivos procedimentos concursais, para constituição de vínculos de emprego público, por tempo indeterminado, para aqueles trabalhadores. Será um processo mais simples do que o concurso referido no ponto seguinte desta reunião e prevê-se a sua conclusão até ao final do ano.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários (PREVPAP), o reconhecimento do cumprimento, por parte dos mencionados trabalhadores (melhor identificados em mapa anexo) com vínculos precários e sem vínculo jurídico adequado, dos supra elencados requisitos, igualmente previstos na Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, para sua regularização extraordinária através da ocupação de postos de



trabalho do mapa de pessoal e, consequentemente, a abertura dos respetivos procedimentos concursais, para constituição de vínculos de emprego público, por tempo indeterminado;

2.º Encarregar os serviços de darem o devido andamento ao processo.

**PONTO N.º 15 – PROPOSTA DE ABERTURA DOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS COMUNS, POR TEMPO INDETERMINADO:**

Nos termos do artigo 4.º, n.º 1, e artigo 9.º, n.º 1, ambos do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que procedeu à adaptação à Administração Autárquica do disposto na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, entretanto revogada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas -, artigos 3.º e 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, na sua atual redação, artigos 28.º e seguintes da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas e da demais argumentação de facto e de direito supra, foi presente a proposta para aprovação da abertura dos procedimentos concursais comuns, por tempo indeterminado, necessários à ocupação dos 5 (cinco) postos de trabalho que estão previstos e não ocupados no mapa de pessoal, nas categorias/carreiras de Técnico Superior (2), Assistente Técnico (1), Assistente Operacional (1) e carreira especial de fiscalização categoria de Fiscal (1), que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 8.

A Senhora Presidente explicou que esta proposta também surge no seguimento da proposta apresenta em setembro, de alteração do mapa de pessoal, com a necessidade de aumento de novos cinco postos de trabalho, dois Técnicos Superiores, um Assistente Técnico, um Assistente Operacional e um Fiscal.

Mais informou a Senhora Presidente, que o recrutamento será feito por procedimento concursal restrito, numa primeira fase, aos trabalhadores detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado. Em caso de impossibilidade de ocupação daqueles postos de trabalho por quem seja detentor de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, podem candidatar-se aos procedimentos concursais trabalhadores com vínculo de emprego público a termo e sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal, cujo aviso será publicado no Diário da República e na Bolsa de Emprego Público. Este será um processo moroso.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou em que áreas irão integrar os dois Técnicos Superiores.

A Senhora Presidente informou que irão trabalhar na Unidade Orgânica de Administração Geral, sendo que um Técnico Superior, da área de Gestão, desempenhará as suas funções nos Gabinetes de Qualidade e Auditoria Interna e Modernização Administrativa e



o outro Técnico Superior, da área de Gestão de Empresas, desempenhará as suas funções nos Serviços de Contabilidade e Património.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que irá abster-se nesta deliberação, porque pelas explicações da Senhora Presidente dá para perceber que o ingresso na Função Pública é difícil, para as pessoas sem vínculo de emprego público, enquanto que para quem já tem um contrato de trabalho por tempo indeterminado é mais fácil, pelo que defende a igualdade de direitos. Em sua opinião, a regra do recrutamento ser feito por procedimento concursal restrito, numa primeira fase, aos trabalhadores detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, exclui parte da sociedade e não concorda com exclusões. Defendeu que o Sistema de Proteção Social deveria ser único no país para todos os trabalhadores.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que irá votar contra nesta deliberação, com o devido respeito pelos trabalhadores e chefias ao serviço desta Câmara Municipal, mas porque, na opinião pública, a Câmara Municipal tem muita gente e trabalham pouco, razão essa da sua posição de voto.

A Senhora Presidente defendeu que a realidade não é essa.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista, uma abstenção do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado e um voto contra do Senhor Vereador Roberto Oliveira:

1.º Aprovar a proposta da abertura dos procedimentos concursais comuns, por tempo indeterminado, apresentada pela Senhora Presidente da Câmara;

2.º Encarregar os serviços de darem o devido andamento ao processo.

#### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**

Atendendo que foi a última reunião do mês, seguiu-se um período de intervenção aberto ao público que por não estar ninguém presente com direito a intervir, foi o mesmo dado por encerrado.

#### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.




**ENCERRAMENTO:**

E não havendo mais nada a tratar, sendo 11:15 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu  \_\_\_\_\_, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

  
\_\_\_\_\_  
CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO